

STF forma maioria para condenar e cassar Zambelli

Defesa da deputada aposta na reavaliação do caso

Por Karoline Cavalcante

Mesmo com o julgamento suspenso por pedido de vista, ou seja, mais tempo para analisar, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou nesta terça-feira (25), maioria dos votos para condenar a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo. O relator do processo, ministro Gilmar Mendes, defende que a pena aplicada seja de cinco anos e três meses de prisão, além da perda do mandato parlamentar.

Inicialmente, a previsão de encerramento do julgamento estava marcada para a próxima sexta-feira (28), às 23h59. Com o pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques, o regimento interno da Corte determina que o magistrado tem um prazo de até 90 dias para devolver o processo, o que pode adiar a conclusão do caso para o segundo semestre de 2025.

Contudo, por meio da antecipação do voto, o ministro Dias Toffoli consolidou a maioria ao se manifestar favorável ao entendimento do relator. O mesmo já tinha sido feito pelo ministro Cristiano Zanin na segunda-feira (24). Com isso, o placar está em seis a zero pela condenação, já que Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes e Flávio Dino também acompanharam Mendes.

Os advogados Daniel Bialski, Bruno Borrachine, André Bialski e Daniela Woisky, responsáveis pela defesa da deputada, apostam na reavaliação do caso por parte dos ministros. “Inobstante os votos proferidos, eventuais divergências e destaques podem motivar re-



Carla Zambelli pode pegar cinco anos de prisão e perder o mandato

avaliação do caso, e é isso que a defesa espera que aconteça”, declarou a defesa, em nota. Enquanto o julgamento está em curso, os ministros podem alterar seus entendimentos.

Relembra

Em agosto de 2023, o STF decidiu, por nove votos a dois, aceitar a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) e tornar Carla Zambelli ré por ter perseguido, com arma em punho, o jornalista Luan Araújo durante um ato político em São Paulo, que aconteceu às vésperas do segundo turno das eleições de 2022. Na ocasião, Araújo a teria provocado com frases como “Amanhã é Lula” e outros insultos direcionados aos presentes. Em resposta, Zambelli sacou uma arma de fogo, iniciou uma perseguição e, ao encontrar Araújo em um esta-

blecimento comercial, apontou a arma e ordenou que ele se deitasse no chão.

“A ofensa verbal inicial, embora reprovável, não possui o condão de autorizar a perseguição armada da vítima, tampouco o uso de ameaça com o emprego da arma de fogo. Ainda que a ré tivesse experimentado sensação de ofensa à sua honra, a resposta desproporcional de empunhar uma arma e constranger a vítima a deitar-se no chão ultrapassa em muito os limites da defesa legítima e as possibilidades de exercício regular de direito. No presente caso, a ofensa verbal, por si só, jamais poderia justificar uma retaliação armada”, entendeu o relator.

Bolsonaro

Anteriormente aliado de Zambelli, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) respon-

sabilizou nesta segunda-feira (24) a parlamentar por sua derrota nas eleições de 2022. Segundo ele, as imagens da perseguição prejudicaram a sua chapa. “A Carla Zambelli tirou o mandato da gente. Ela tirou o mandato da gente”, disse Bolsonaro em entrevista ao podcast Inteligência Ltda. “Aquele imagem, da forma com que foi usada, a Carla Zambelli perseguindo o cara. Aquilo teve gente falando: ‘olha, o Bolsonaro defende o armamento’. Mesmo quem não votou no Lula, anulou o voto. A gente perdeu”, prosseguiu o ex-presidente.

Nas redes sociais, a parlamentar rebateu as declarações. “Enfrentar o julgamento dos inimigos é até suportável. Difícil é aguentar o julgamento das pessoas que sempre defendi e continuarei defendendo”, afirmou Carla Zambelli.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Reprodução/YouTube/Inteligência Ltda.



Inteligência Ltda: ex-presidente reclamou de aliada

Ao culpar Carla Zambelli, Bolsonaro absolveu urnas

Ao atribuir sua derrota em 2022 a uma atitude da deputada Carla Zambelli (PL-SP), Jair Bolsonaro (PL) reconheceu, enfim, que o resultado apurado pelas urnas eletrônicas estava correto.

Em entrevista, antea-

leitores. “Mesmo quem não votou no Lula, anulou o voto. Ela tirou o mandato da gente”, afirmou.

Em pronunciamento dois dias depois do segundo turno, Bolsonaro agradeceu os votos recebidos, mas evitou admitir a derrota. Atribuiu os protestos então iniciados em diversos pontos do país ao “sentimento de injustiça de como se deu o processo eleitoral”.

Na pressão

Depois, o PL entrou com um recurso no Tribunal Superior Eleitoral em que pedia a anulação do resultado de 280 mil urnas. Ano passado, ao depor na Polícia Federal, o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, disse que Bolsonaro o pressionara para entrar com a ação.

Correção

Entre bolsonaristas, as urnas continuam sendo vilãs. Presente à entrevista de Bolsonaro, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), adaptou o elogio que, dias antes, fizera à rápida apuração de votos no Brasil. Disse que falara da Justiça Eleitoral.

Suprema Corte retoma hoje julgamento da ADPF das Favelas

O ministro Luiz Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), deve fazer ajustes no voto dado no caso das operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro, conhecida como ADPF das Favelas, para detalhar, dentre outros pontos, as competências da Polícia Federal no combate ao crime organizado.

A Corte retoma nesta quarta-feira (26) o julgamento da ação que trata da matéria. O relator votou no início de fevereiro e, na sequência, a análise foi suspensa a pedido dele mesmo, para que os colegas pudessem refletir a respeito das propostas feitas.

O ministro considera ter feito, na ocasião, uma apresentação do voto. Agora, dará as conclusões, com todas as suas sugestões. Dentre elas, o relator trabalha nesta semana no desenho da atuação da PF quando houver investigações sobre facções criminosas com braços em mais de um estado.

Desde a sessão de fevereiro, o ministro tem recebido no seu gabinete parlamentares, representantes do Executivo do estado do Rio de Janeiro, do Ministério Público local, da sociedade civil, de movimentos sociais, de categorias profissionais, pesquisadores da área e interessados no tema aceitos no processo.

Em 26 de fevereiro, Fachin e o presidente da corte, Luís Roberto Barroso, receberam



Fachin defende diálogo no julgamento do tema

o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, no Supremo. A reunião, fechada, durou cerca de uma hora.

Polícia Federal

Além de investigar o tráfico de drogas, a Polícia Federal também tem outras atribuições fora do âmbito da Justiça Federal, como apurar infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme.

A legislação, no entanto, não exclui a responsabilidade dos outros órgãos de segurança pública nesses casos quando o crime apurado não for federal.

Uma das preocupações dos magistrados é não provocar sobreposições de competências entre as polícias e não deixar margem para ingerências de uma instituição sobre outra, ao mesmo tempo em que abre um espaço mais claro para a entrada da PF em casos de facções criminosas.

Há preocupação também para não ampliar exageradamente as tarefas da PF diante de um efetivo restrito, de cerca de 12 mil agentes, e o receio de o Supremo não centralizar no Executivo federal todo o poder investigativo desse tipo de crime.

Diálogo

Na visão de Fachin, a postura de seguir dialogando mesmo depois do voto – algo incomum – faz parte do trabalho em um processo estrutural, ou seja, aqueles com grande impacto na condução de políticas públicas e com acompanhamento da corte depois da decisão dada.

Um dia após a visita da cúpula da PF, o decano da corte, Gilmar Mendes, afirmou, em uma conversa com jornalistas, que a corporação deve ter centralidade no combate ao crime organizado.

Nos bastidores, os ministros tentam costurar uma proposta que tenha baixo nível de divergência e não suscite debates muito acalorados no plenário. Desta forma, o texto final teria mais legitimidade como uma decisão da corte como um todo, institucional.

Criminalidade

Esse é um dos processos considerados mais delicados dentro do tribunal por lidar com o problema crônico da segurança pública do Rio.

Há um mês, a Corte publicou um texto no qual afirma não ter havido aumento de criminalidade após decisões sobre letalidade policial pouco depois de um relatório da Polícia Civil relacionar as decisões da corte a uma expansão da criminalidade no estado.

Ana Pompeu e César Feitoza (Folhapress)



Portinho fala em desrespeito ao processo legal

Líder do PL: 08/01 foi revolta popular, não golpe

Líder do PL, o senador Carlos Portinho (RJ) procura diferenciar golpe de Estado de revolta popular — usa esta definição para o 8 de Janeiro.

“Até a IA sabe disso”, afirmou à coluna — enviou um verbete produzido por inteligência artificial que classifica esse tipo de movimento de “protesto coletivo, geral-

mente espontâneo.

Para ele, o quebra-quebra está sendo usado para “construir uma narrativa de golpe com o fito de alcançar o resultado pré-determinado que é a prisão do Bolsonaro”.

Advogado, diz que o processo legal não está sendo respeitado e que os advogados não têm acesso às provas na íntegra.

Provas

O não acesso à totalidade dos documentos obtidos pela PF foi criticado por advogados no STF. Relator do caso, Alexandre de Moraes afirmou que, em caso de abertura do processo, tudo será disponibilizado. Alegou que parte das provas sequer foi transcrita.

Antecipação

Já o ministro Cristiano Zanin cometeu um ato falho ao, na sessão, chamar de “réus” os denunciados os que estão tendo seus casos analisados pela corte. Em seguida, fez a correção, falou em “denunciados” — só serão réus se as denúncias forem aceitas, o que deverá ocorrer hoje.

Olho no lance

Flávio Dino também escoregou ao falar do desejo de atuar no STF como advogado. Ao falar em deixar o cargo, abre margem para especulações sobre candidatura à Presidência. Também se corrigiu: disse que só atuará na tribuna quando se aposentar, aos 75 anos.

Carona

Moraes pegou carona em notas do Correio Bastidores ao mostrar que a grande maioria dos condenados pelo 08/01 tem menos de 60 anos. Semana passada, o Correio Bastidores pediu este levantamento à assessoria do STF, que disse que caberia à coluna fazê-lo. Foi feito.